

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

No que se refere à composição do patrimônio público, julgue os itens seguintes.

- 51 As dimensões temporais de presente, passado e futuro são essenciais para a caracterização de um item como ativo patrimonial.
- 52 Saldo patrimonial e resultado patrimonial são conceitos equivalentes que expressam o patrimônio líquido da entidade.
- 53 Para que um item seja classificado como um passivo, basta que ele seja uma obrigação presente, fruto das iniciativas da entidade no passado.

Em relação às variações patrimoniais, julgue os itens subsequentes.

- 54 O evento que, não sendo derivado da distribuição de recursos aos proprietários, provoque a redução da situação patrimonial líquida de determinada entidade caracteriza-se como uma variação patrimonial quantitativa diminutiva.
- 55 Considera-se realizada a variação patrimonial aumentativa quando um terceiro qualquer, ainda que não contribuinte, assume o compromisso firme de realizar futuramente um pagamento a um ente público em razão da ocorrência de determinado fato gerador.
- 56 Considere que, para prestar determinado serviço, um ente público requeira da contraparte o pagamento antecipado de certo valor. Nesse caso, verifica-se uma variação patrimonial qualitativa.
- 57 Suponha que um passivo de determinado ente público deixe de ser exigível, sem que, para tanto, seja necessário qualquer sacrifício de recursos do ente público. Nessa situação, verifica-se a reversão de uma variação patrimonial quantitativa diminutiva.

Julgue os itens a seguir, relativos à mensuração de ativos.

- 58 Considere que um sistema informacional gerado por determinado ente público seja avaliado, pela relevância das informações geradas para a sociedade, em R\$ 1 milhão, valor equivalente a outros sistemas similares encontrados no mercado. Considere, ainda, que a expectativa de utilização desse sistema seja de 10 anos e que não haja registro ou controle dos custos incorridos no desenvolvimento desse sistema. Nessa situação, o valor de avaliação do referido sistema deve ser utilizado para seu registro inicial no patrimônio do ente público.
- 59 Suponha que a vida útil de um bem no valor de R\$ 2 milhões colocado em uso no primeiro dia de determinado ano seja estimada em 5 anos pelo ente que o adquiriu. Suponha, ainda, que, sendo usual que 5% do custo inicial seja reservado a título de valor residual, o ente opte pelo uso do método da soma dos dígitos crescente para o cálculo da depreciação do ativo. Nesse caso, ao final do terceiro ano de depreciação, o valor contábil líquido do bem será de R\$ 1,24 milhão.
- 60 O ativo será objeto de redução ao valor recuperável se o seu valor contábil exceder o seu valor recuperável e se for um ativo gerador de caixa, sendo vedada, devido à subjetividade da mensuração, a utilização desse método para ativos não geradores de caixa.
- 61 Um ativo obtido pelo ente público por meio de transação sem contraprestação deve ser mensurado, inicialmente, pelo seu valor justo.

A respeito de provisões e passivos contingentes, julgue os itens que se seguem.

- 62 Havendo materialidade, o valor da provisão deve ser descontado pela taxa de juros adequada, para refletir o valor presente da obrigação.
- 63 Suponha que um ente governamental viole uma lei ambiental, mas não haja certeza da existência de dano real ao meio ambiente. Nessa situação hipotética, verifica-se um passivo contingente, não devendo ser realizado registro patrimonial.
- 64 Provisões passivas e provisões ativas diferem entre si, principalmente, no que diz respeito ao impacto sobre o patrimônio do ente público e aos critérios de mensuração.

Acerca da apuração de custos no setor público e do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), julgue os itens a seguir.

- 65 As contas contábeis do PCASP são identificadas por uma estrutura numérica de 10 dígitos, distribuídos em 8 níveis de desdobramento, a fim de garantir a padronização nacional e o detalhamento analítico obrigatório.
- 66 O PCASP está estruturado de acordo com quatro naturezas de informações: orçamentária, patrimonial, fiscal e de controle, sendo a natureza de controle responsável por registrar os limites de gastos com pessoal e dívida consolidada.
- 67 A obrigatoriedade de implementação de um sistema de custos no governo federal surgiu após a adoção das normas internacionais de custos no Brasil, a partir da publicação das NBC TSP pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- 68 A definição de custo se refere ao consumo ou à utilização de recursos para a geração de bens ou serviços, enquanto a perda representa o consumo anormal e imprevisível.
- 69 Para ser útil e compreensível ao usuário, a informação de custos deve levar em consideração as características qualitativas de relevância, representação fidedigna e comparabilidade.

A respeito dos atributos da informação contábil, da demonstração das variações patrimoniais (DVP) e dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, julgue os itens subsequentes.

- 70 A DVP tem, no setor público, função semelhante à cumprida pela demonstração do resultado do exercício (DRE) no setor privado, servindo como o principal indicador de desempenho e eficiência da gestão pública em termos patrimoniais.
- 71 O quadro principal do balanço patrimonial deve apresentar os ativos e passivos detalhados em nível analítico, sendo vedada a utilização de níveis sintéticos, para garantir a transparência absoluta dos bens.
- 72 O objetivo principal do balanço financeiro é evidenciar a apuração do superávit ou déficit financeiro do ente público, utilizando-se para isso o indicador de superávit financeiro (ISF), presente em todas as contas de natureza patrimonial.
- 73 Atributos da conta contábil são características próprias que a distinguem de outros elementos do plano de contas e são decorrentes estritamente das normas legais orçamentárias e financeiras.
- 74 O balanço orçamentário tem por finalidade demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo sua estrutura composta pelo quadro principal, pelo quadro da execução de restos a pagar não processados e pelo quadro da execução de restos a pagar processados.

Conforme as normas contábeis relativas à demonstração dos fluxos de caixa (DFC), à consolidação das demonstrações contábeis, às transações no setor público e à despesa pública, julgue os itens que se seguem.

- 75** No registro contábil das transações das entidades públicas, o contador deve considerar as dimensões jurídica, econômica e patrimonial do evento, assegurando que, em situações de conflito, a essência econômica da transação prevaleça sobre a sua forma legal.
- 76** As despesas orçamentárias correntes e de capital seguem um fluxo de execução pelos estágios legais de empenho, liquidação e pagamento, conforme preconizado pela Lei n.º 4.320/1964.
- 77** A consolidação das demonstrações contábeis no setor público consiste na agregação de saldos de diversas entidades para gerar macro agregados, sendo necessário excluir as transações recíprocas para evitar a duplicidade de valores e possibilitar uma visão global dos resultados.
- 78** A DFC deve apresentar entradas e saídas de caixa, bem como equivalentes de caixa do período, devendo esses fluxos ser obrigatoriamente classificados em operacionais, de investimento ou de financiamento, com a devida indicação das fontes de geração de fluxos de entradas de caixa.

Julgue os itens a seguir, relativos a receita pública, créditos adicionais e fonte ou destinação de recursos.

- 79** As receitas públicas percorrem as etapas de previsão, de lançamento, de arrecadação e de recolhimento, sendo indispensável a etapa do lançamento.
- 80** A fonte ou destinação de recursos corresponde à categoria econômica da receita, razão por que sua função principal é distinguir receitas correntes de receitas de capital.
- 81** Os créditos adicionais suplementares e especiais dependem de prévia autorização legislativa e de indicação dos recursos correspondentes, e os créditos extraordinários são destinados a despesas urgentes e imprevisíveis.
- 82** As receitas provenientes de alienação de bens e de amortização de empréstimos são classificadas como receitas de capital, ainda que seu ingresso produza aumento das disponibilidades financeiras do ente público.

A respeito de suprimento de fundos, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, bem como da Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os itens seguintes.

- 83** Embora a Conta Única do Tesouro Nacional centralize as disponibilidades financeiras, essa centralização não afasta a necessidade de controle das vinculações legais ou constitucionais dos recursos.
- 84** O suprimento de fundos pode ser concedido a servidor que tenha deixado de prestar contas de suprimento anteriormente recebido, desde que a despesa seja urgente e de pequeno vulto.
- 85** Restos a pagar decorrem de despesas empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício financeiro, sendo classificados como processados quando a despesa já foi liquidada, e como não processados quando a despesa ainda não foi liquidada.
- 86** As despesas de exercícios anteriores correspondem às despesas empenhadas no exercício anterior e regularmente inscritas em restos a pagar, desde que o pagamento ocorra no exercício seguinte.

Julgue os itens que se seguem, relativos à NBC TSP – Estrutura Conceitual e à despesa com pessoal.

- 87** Considere que determinado estado em que haja tribunal de contas dos municípios tenha apurado receita corrente líquida de R\$ 90.000.000.000 e despesa total com pessoal do Poder Executivo de R\$ 44.400.000.000. Nessa situação hipotética, para fins de apuração dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal do Poder Executivo corresponde a 49,33% da receita corrente líquida, percentual superior ao limite prudencial e inferior ao limite máximo aplicável ao Poder Executivo estadual.
- 88** Os relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público têm como objetivo principal demonstrar o cumprimento do orçamento aprovado, não se destinando à prestação de contas nem ao suporte à tomada de decisão.
- 89** Relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade são características qualitativas da informação contábil de propósito geral das entidades do setor público.

No que se refere a provisões, estoques e créditos adicionais de ente público, julgue os itens subsequentes.

- 90** Suponha que determinado ente público tenha previsão atualizada de receita orçamentária de R\$ 42.000.000 e arrecadação efetivamente realizada, ao longo do exercício, de R\$ 45.600.000. Suponha, ainda, que tenham sido abertos créditos extraordinários no valor de R\$ 900.000, no mesmo exercício. Nessa situação hipotética, para fins de abertura de créditos suplementares ou especiais com fundamento no excesso de arrecadação, o valor líquido disponível será de R\$ 3.600.000.
- 91** Para o reconhecimento de provisão, deve haver obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de evento passado, probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação e possibilidade de estimativa confiável do valor da obrigação.
- 92** Considere que uma entidade pública mantenha estoques destinados à distribuição gratuita, cujo custo registrado seja de R\$ 150.000. Considere, ainda, que o custo corrente de reposição desses estoques seja de R\$ 120.000 e que o valor realizável líquido seja de R\$ 130.000. Nessa situação hipotética, os estoques devem ser mensurados, de acordo com a NBC TSP 04, por R\$ 120.000.

Com base nas regras de reconhecimento, mensuração e evidência de ativos intangíveis no setor público, julgue os seguintes itens.

- 93** Suponha que, com o objetivo de modernizar a imagem do estado, a Secretaria de Planejamento estadual tenha gerado internamente uma nova "marca de governo" e uma lista estruturada de usuários dos serviços estaduais para campanhas de comunicação. Nesse caso, os referidos itens devem ser reconhecidos como ativos intangíveis visto que têm potencial de serviços futuros.
- 94** Caso um estado receba, por meio de transação sem contraprestação (doação), o direito de uso perpétuo de uma base de dados geográficos de uma organização internacional, seu custo inicial na data da aquisição deve ser mensurado pelo seu valor justo.

O estado X possui dois ativos significativos em seu balanço patrimonial, conforme descrito a seguir.

Ativo A: edifício utilizado como sede da Secretaria de Educação do referido estado, onde funcionam as divisões administrativas. O prédio não gera fluxos de caixa comerciais, pois sua função é puramente administrativa e de prestação de serviços públicos gratuitos.

Ativo B: frota de ônibus utilizada para serviço de transporte executivo estadual, sendo cobradas tarifas de mercado, com o objetivo principal de gerar lucro para sustentar a expansão da malha viária local.

Ao final do exercício de 2025, houve um incêndio parcial que afetou ambos os ativos e, como consequência, suas capacidades operacionais foram reduzidas. Diante disso, verificou-se a necessidade de realização do teste de recuperabilidade (*impairment*).

Considerando a situação hipotética precedente, bem como o disposto na NBC TSP 09, que trata da redução ao valor recuperável de ativo não gerador de caixa, e o disposto na NBC TSP 10, que trata da redução ao valor recuperável de ativo gerador de caixa, julgue os itens seguintes.

- 95** Indicadores de desvalorização, como a obsolescência ou o dano físico, são obrigatórios para o teste de redução ao valor recuperável do ativo B, mas facultativos para o ativo A, uma vez que este último não visa à obtenção de lucro.
- 96** Para o ativo B, o valor em uso deve ser determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, conforme a NBC TSP 10, ao passo que, para o ativo A, o valor em uso não é aplicável, por ser ele um ativo não gerador de caixa.

A respeito da demonstração dos fluxos de caixa (DFC) no ambiente do setor público, julgue os próximos itens, conforme o disposto na NBC TSP 12.

- 97** No caso de pagamento de prestação de empréstimo bancário que compreenda tanto o montante do principal quanto os juros incorridos, ambas as parcelas devem ser classificadas como atividade de investimentos.
- 98** Caso uma entidade pública realize a aquisição de um ativo sem que haja qualquer desembolso imediato de numerário, essa operação não deve ser incluída na DFC, mas deve ser divulgada em notas explicativas às demonstrações contábeis para fornecer as informações relevantes sobre as atividades de investimento e financiamento.

Determinada entidade pública estadual apresentou suas demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2025. Para fins de transparência e conformidade normativa, foram reportados os seguintes dados e procedimentos:

(i) regime adotado: o orçamento foi aprovado e executado, com base na receita arrecadada e na despesa empenhada, e o balanço patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais foram elaboradas segundo o regime de competência;

(ii) comparação orçamentária: devido à diferença de regimes, a entidade optou por apresentar a comparação entre os valores orçados e realizados em demonstração contábil adicional separada, em vez de em colunas adicionais;

(iii) comparativo de anos anteriores: para poupar espaço e focar no exercício atual, a entidade não apresentou a comparação dos valores realizados do período anterior (2024) com o orçamento de 2025.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, relativos à apresentação de informação orçamentária nas demonstrações contábeis.

- 99** A entidade cometeu um erro de conformidade ao omitir a comparação dos valores orçados e realizados do exercício de 2024, visto que as normas contábeis exigem, como regra geral de apresentação, a divulgação de informação comparativa a respeito do período anterior.
- 100** Como o orçamento e as demonstrações contábeis não foram elaborados em base comparável (receita arrecadada/despesa empenhada *versus* competência), a entidade agiu corretamente ao apresentar a comparação por meio de demonstração adicional, sem o uso de colunas adicionais nas demonstrações contábeis existentes.

No que concerne a políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro no setor público, julgue os próximos itens.

- 101** Os erros de períodos anteriores, como incorreções matemáticas ou interpretações incorretas de fatos, devem ser corrigidos retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações contábeis publicadas após sua descoberta, a menos que seja impraticável determinar os efeitos do erro.
- 102** Quando, em decorrência da complexidade das operações no setor público, for difícil determinar se uma alteração representa uma mudança na política contábil ou uma mudança na estimativa contábil, ela deve ser tratada, de acordo com a norma vigente, como uma mudança na estimativa contábil.
- 103** Caso uma entidade decida alterar voluntariamente uma política contábil para que as demonstrações forneçam informação mais relevante, ela deve aplicar essa mudança de forma prospectiva, de forma a afetar apenas as transações que ocorrerem após a data da alteração.

No que diz respeito ao novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB), julgue o item seguinte.

- 104** Na composição do referido fundo, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, a base de cálculo de 20% incide não apenas sobre o produto da arrecadação direta de impostos como ITCD, IPVA e ICMS, mas também deve contemplar as receitas da dívida ativa tributária relativa a esses impostos, bem como os juros e as multas eventualmente incidentes sobre eles.

Com base no disposto na Lei Complementar n.º 178/2021, que estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), julgue os itens subsequentes.

- 105** O Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal pode estabelecer limites individualizados para contratação de dívidas, de acordo com a capacidade de pagamento do estado apurada conforme metodologia definida pelo Ministério da Economia.
- 106** As liberações de recursos das operações de crédito autorizadas no âmbito do PEF condicionam-se ao cumprimento das metas do referido plano e dos limites de despesa com pessoal; contudo, em virtude da natureza emergencial do ajuste, é livre a destinação dos recursos liberados, que podem ser utilizados, inclusive, para o pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.

Durante processo de revisão de seu planejamento estratégico, uma organização redefiniu sua missão, estabeleceu uma nova visão de longo prazo e realizou uma análise SWOT, por meio da qual identificou limitações internas em sua estrutura organizacional. A partir disso, a alta administração promoveu ajustes na alocação de recursos, redefiniu responsabilidades e passou a acompanhar sistematicamente os resultados, com base em indicadores previamente estabelecidos.

Com base nessa situação hipotética e nos conceitos de processo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 107** O acompanhamento sistemático de resultados com base em indicadores caracteriza a função de controle, que, nesse contexto, se concentra na verificação do desempenho organizacional sem interferir nas etapas anteriores do processo administrativo.
- 108** A redefinição de responsabilidades e a realocação de recursos, após a revisão do planejamento estratégico, evidenciam a independência da função de organização em relação às diretrizes estabelecidas no planejamento.
- 109** As fragilidades identificadas na estrutura organizacional podem ser enquadradas como fraquezas na matriz SWOT e podem demandar ajustes na função de organização, de modo a alinhar os recursos e as responsabilidades às estratégias definidas no planejamento.
- 110** A redefinição da missão organizacional tende a influenciar a formulação de objetivos estratégicos e a orientar decisões relacionadas à organização e à direção.

No contexto da gestão organizacional contemporânea, ferramentas como análise competitiva, planejamento em diferentes níveis, administração por objetivos (APO), BSC (*balanced scorecard*) e processos decisórios são utilizadas de forma integrada, assim como a formação de redes e alianças estratégicas para ampliação da capacidade competitiva das organizações. A respeito da gestão organizacional, do BSC, da APO e das redes e alianças entre organizações, julgue os itens a seguir.

- 111** Ao incorporar indicadores financeiros e não financeiros, o BSC permite a tradução da estratégia organizacional em objetivos e medidas de desempenho, mostrando-se compatível com abordagens como a APO, que enfatiza o alinhamento entre metas organizacionais e individuais.
- 112** No âmbito da análise competitiva, a adoção de estratégias genéricas, como liderança em custo ou diferenciação, pode ser operacionalizada por meio do desdobramento em planos táticos e operacionais, garantindo-se coerência entre o posicionamento estratégico da organização e a execução das atividades organizacionais.
- 113** As redes e alianças estratégicas reduzem a complexidade do processo decisório organizacional, uma vez que a cooperação entre organizações diminui a necessidade de negociação de interesses e de adaptação estratégica contínua.

A respeito da estrutura organizacional e da departamentalização, julgue os seguintes itens.

- 114** A estrutura matricial caracteriza-se pela unidade de comando, na qual cada colaborador responde a um único gestor, o que reduz conflitos de autoridade e simplifica o processo decisório.
- 115** Ainda que possa apresentar limitações no que se refere à integração entre áreas, a departamentalização funcional favorece a especialização técnica e a padronização de processos, sendo particularmente adequada em organizações que demandem elevada eficiência operacional.
- 116** A departamentalização por produtos é muito vantajosa para a integração entre áreas, pois reduz a duplicidade de recursos organizacionais, uma vez que centraliza as atividades em unidades autossuficientes voltadas para cada linha de produto.

No que concerne ao comportamento organizacional, julgue os próximos itens.

- 117** A motivação no ambiente organizacional decorre predominantemente de fatores externos como recompensas financeiras, que, apesar de coexistirem com outras formas de motivação, ainda são as principais fontes de engajamento de longo prazo.
- 118** A compatibilidade entre os objetivos individuais e organizacionais tende a favorecer a motivação e o desempenho dos colaboradores, sendo a liderança um elemento fundamental para promover esse alinhamento por meio da influência sobre o comportamento dos indivíduos.

Em uma organização pública, duas equipes responsáveis por áreas distintas passaram a apresentar dificuldades de comunicação e divergências quanto à execução de tarefas compartilhadas. Ao perceber o aumento de tensões e a queda no desempenho, o gestor responsável promoveu reuniões de alinhamento, incentivou o diálogo entre os membros das equipes e buscou compreender as diferentes percepções envolvidas no conflito, com o objetivo de construir soluções conjuntas.

Considerando essa situação hipotética e conceitos relativos a competência interpessoal e gerenciamento de conflitos, julgue os itens subsequentes.

- 119** A intervenção do gestor deve visar à eliminação do conflito organizacional, que, disfuncional por natureza, deve ser evitado para a garantia da eficiência e da motivação das equipes.
- 120** A atuação do gestor no conflito narrado evidencia competência interpessoal, uma vez que ele busca compreender diferentes perspectivas e promover o diálogo, contribuindo para a gestão construtiva do conflito e para a melhoria do desempenho organizacional.

Espaço livre
